



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA – DAEC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**

JÉSSIKA RAIANNE DE SOUZA MATIAS

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU DESTINO:
CONDICIONALIDADES E CONSUMO – UM ESTUDO SOBRE AS
BENEFICIÁRIAS DE MONTADAS-PB.**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

JÉSSIKA RAIANNE DE SOUZA MATIAS

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU DESTINO: CONDICIONALIDADES E CONSUMO – UM ESTUDO SOBRE AS BENEFICIÁRIAS DE MONTADAS-PB.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharela em Administração.

Orientadora: Prof^ª. MSc. Maria do Socorro Carvalho Elisiário

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M433p Matias, Jéssika Raianne de Souza

O Programa Bolsa Família e seu destino [manuscrito] :
condicionalidades e consumo – um estudo sobre as beneficiárias de
Montadas - PB. / Jessika Raianne de Souza Matias. - 2014.
22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Msc. Maria do Socorro Carvalho Elisiário,
Departamento de Administração e Economia".

1. Políticas Públicas. 2. Bolsa Família. 3. Consumo. I.
Título.

21. ed. CDD 361.25

JÉSSIKA RAIANNE DE SOUZA MATIAS

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU DESTINO: CONDICIONALIDADES E
CONSUMO – UM ESTUDO SOBRE AS BENEFICIÁRIAS DE MONTADAS-PB.**

Aprovado em: 24 / 02 / 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. MSc. Maria do Socorro Carvalho Elisiário / UEPB
Orientadora



Prof^ª. Esp. Maria Marluce Delfinolda Silva / UEPB
Examinadora



Prof^ª. MSc. Maria Dilma Guedes / UEPB
Examinadora

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU DESTINO: CONDICIONALIDADES E CONSUMO – UM ESTUDO SOBRE AS BENEFICIÁRIAS DE MONTADAS-PB.

MATIAS, Jéssika Raianne de Souza¹
ELISIÁRIO, Maria do Socorro Carvalho²

RESUMO

O Programa Bolsa Família foi desenvolvido pelo Governo Federal Brasileiro em 2003 como parte integrante do Fome Zero. O Bolsa Família consiste em um programa de bem-estar social que visa a transferência da renda através de um benefício financeiro mensal para as famílias que se encontram em estado de pobreza e extrema pobreza, sob a condição de manter as crianças na escola e com o cartão de vacina atualizado. É considerado um dos principais programas de combate à pobreza do mundo. Neste artigo vamos identificar as alterações no consumo das famílias beneficiárias da cidade de Montadas – PB e de como as condicionalidades são cumpridas através da análise dos seus hábitos de consumo. Para isso foi realizada uma pesquisa de cunho descritivo, através de uma entrevista estruturada com um questionário, aplicados a 119 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Os resultados revelaram que o Programa trouxe uma série de alterações na vida da mulher e produziu efeitos concretos na vida da família.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Bolsa Família. Consumo.

ABSTRACT

The *Bolsa Família* programme was developed by the Brazilian Federal Government in 2003 as part of the *Fome Zero* programme. It is a social welfare program with cash-transfer that provides a monthly financial benefit to families living in poverty and extreme poverty, but the money is conditional on children attending school and meeting basic preventive health care requirements. The scheme is now considered one of the main programmes to combat poverty in the world. Therefore, this paper aims at identify the changes in the consumption beneficiary families in Montadas (state of Paraíba – Brazil) and how the programme's conditionalities are met through the analysis of their consumption habits. For a survey of this descriptive research was conducted through a structured questionnaire applied to 119 beneficiaries of the *Bolsa Família* Program interview. The results revealed that the program has brought a number of changes in women's lives and produced concrete effects on family life.

Keywords: Public Policy. Bolsa Familia. Consumption.

¹ Graduanda em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: <jessikaraianne@gmail.com>

² Professora Orientadora. Mestre em Administração pela UFPB. E-mail: <mariadosocorrocarvalho@gmail.com>

1 INTRODUÇÃO

Desde 2003, o Governo Federal vem desenvolvendo políticas sociais que destinam-se a atender aos direitos e necessidades universais que são estabelecidas constitucionalmente, como: Educação, Saúde, Trabalho e Alimentação. Os programas de Transferência de Renda se tornaram importantes mecanismos de enfrentamento da pobreza, gerando uma dinamização da economia, principalmente nos pequenos municípios do país.

Em um diagnóstico realizado durante o período de transição entre o governo de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva constatou-se a necessidade de unificar os programas sociais de transferência de renda do país e assim surge o Bolsa Família que foi elaborado visando minimizar: 1) a ocorrência de sobreposições de programas, definindo objetivos e público-alvo; 2) desperdício de recurso por falta de uma coordenação geral e dispersão dos programas em diversos ministérios; 3) falta de planejamento e mobilidade do pessoal executor; 4) alocações orçamentárias insuficientes, com o não atendimento do público alvo conforme os critérios de elegibilidade determinados. (BRASIL, 2002).

De início a unificação ficou restrita a quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação, em 2005 houve a incorporação do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e do Agente Jovem. O Bolsa Família foi criado em 2003, para apoiar famílias mais pobres e garantir o direito a alimentação, com isso tem-se a transferência mensal diretamente para as famílias e as mesmas fazem o resgate desse valor através de saque com o cartão magnético distribuído pela Caixa Econômica Federal.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado pela medida provisória n° 132, de 20 de outubro de 2003, transformada na Lei n° 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto n° 5.209, de 17 de setembro de 2004, é o principal programa de transferência de renda do Governo Federal. Constitui-se num programa estratégico no âmbito do Fome Zero – uma proposta de política de segurança alimentar, orientando-se pelos seguintes objetivos: combate a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência do benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social, segurança alimentar, promover a inclusão sociais, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiadas, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade que se encontram (BRASIL. MDS, 2006).

O benefício destina-se a famílias extremamente pobres, em 2014 toda família que tem a renda *per capita* mensal informada no Cadastro Único inferior a R\$ 70,00 recebe o Benefício Básico, no valor fixo de R\$70,00. Além deste, todas famílias com renda mensal até R\$140,00 por pessoa e que tenham em sua composição filhos até 15 anos, recebem o Benefício Variável, no valor de R\$32,00 por filho (limite de cinco filhos). Aquelas que tem filhos de 16 e 17 anos recebem o Benefício Variável Jovem (BVJ), no valor de R\$38,00 por filho (até dois jovens) e ainda há os benefícios para gestantes e nutrizes, no valor de R\$32,00 por mês.

As famílias têm a liberdade de uso e aplicação do dinheiro recebido e podem permanecer no programa enquanto forem elegíveis e cumpram as condicionalidades indicadas, sendo estas associadas a ações de alfabetização, capacitação profissional, apoio a agricultura familiar, geração de ocupação e renda.

Além do combate a pobreza, o Programa Bolsa Família é uma ferramenta do Governo Federal para movimentar e diversificar a economia local de pequenas cidades, o que podemos observar no município selecionado para o nosso estudo. O município de Montadas fica localizado há 137 km da capital João Pessoa e faz parte da região metropolitana de Esperança e segundo o censo de 2010 a cidade tem uma população de 4.990 habitantes, em uma área de 32km².

Essa pesquisa se propõe a entrar nesse campo de conhecimento para preencher as lacunas existentes sobre o tema, mostrando a importância que o benefício trouxe para a vida da mulher. Partindo da premissa de que o Programa Bolsa Família promoveu uma mudança na vida da mulher beneficiária em relação ao consumo do benefício.

O presente artigo visa identificar as alterações no consumo em específico, da mulher beneficiária do Programa Bolsa Família residente na cidade de Montadas – PB frente às condicionalidades imposta pelo Governo Federal.

O acesso aos dados referentes a esse programa na cidade me foi facilitado devido minha função enquanto gestora municipal do Bolsa Família, assim pude entrevistar 119 mulheres das 850 famílias cadastradas, entre os meses de outubro e novembro de 2013.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como mencionado no item anterior, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda resultado de uma união de outros projetos que vem atendendo parte da população brasileira desde 2003. Para entender as especificidades do PBF, se faz necessário uma análise do conceito de políticas públicas.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Mead (1995) define política pública como um campo dentro do estudo da política, que analisa o governo à luz de grandes questões públicas; enquanto Lynn (1980), considera que se trata de um conjunto de ações que irão produzir efeitos específicos. Como se pode ver, não existe uma única, nem melhor forma para definir políticas públicas. Segundo Teixeira (2002), políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Para Gobert e Muller (1987), as políticas públicas são entendidas como o “Estado em ação”.

As políticas públicas são formuladas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem recursos públicos. Na elaboração de uma política pública, é necessário definir algumas questões, como: quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. No entanto, há uma confusão no que diz respeito à definição de políticas públicas e Políticas Governamentais. Para serem públicas é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público. Essa publicização é fundamental, devido à presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse público (TEIXEIRA, 2002).

Para ele, as políticas públicas visam responder as demandas da sociedade, principalmente nos setores que são considerados mais vulneráveis. E mais, elas visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, além de promover o desenvolvimento, no caso de outras políticas de cunho mais estratégico, como políticas econômicas. E considera outras políticas necessárias para a regulamentação de conflitos entre os atores sociais, já que não são resolvidas por si mesmo ou pelo mercado, daí torna-se necessário essa mediação.

Theodor Lowi desenvolveu a mais conhecida tipologia sobre políticas públicas, na qual a mesma pode assumir quatro formatos (TEIXEIRA, 2002; SOUZA, 2006).

- a) Distributivas – Geram impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo.
- b) Redistributivas – Que atingem o maior número de pessoas e visam redistribuir recursos entre os grupos sociais, buscando certa equidade retirando de um grupo para beneficiar outros, o que acaba gerando conflitos.

- c) Regulatória – Visam definir regras e procedimentos que regulem o comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesses.
- d) Constitutivas – Visam o estabelecimento das regras e procedimentos que orientam o objetivo da política pública.

Um importante objeto de debate entre os pesquisadores dedicados ao estudo de políticas públicas tem sido a noção de ciclo da política pública, tido como um ciclo deliberativo, constituído pelos seguintes estágios (SOUZA, 2006):

- A. definição da agenda,
- B. identificação de alternativas,
- C. avaliação das opções,
- D. seleção das opções,
- E. implementação
- F. avaliação.

Um conceito importante é a noção de agenda. O governo define sua agenda a partir de três aspectos que devem estar envolvidos. O primeiro focaliza os problemas, isto é, problemas entram na agenda quando reconhecemos que devemos fazer algo por eles. A segunda focaliza a política propriamente dita, ou seja, quando já se tem uma consciência de todos os envolvidos sobre a necessidade de enfrentar determinado problema. E por último, temos o que focaliza os participantes, que são classificados como visíveis (políticos, mídia, partidos, etc.) e participantes invisíveis (como acadêmicos e burocracia) (SOUZA, 2006).

Em seguida, é possível mencionar a preocupação com a identificação e formulação de alternativas, ou seja, quais os critérios ou caminhos a serem adotadas para a escolha entre diferentes possibilidades de ação. Na definição de políticas públicas, esses estágios envolvem:

- a) *Avaliação das opções*: onde é feita uma avaliação dos custos e efeitos de cada uma das alternativas;
- b) *Seleção das opções*: seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente dentre todas as que foram avaliadas;

Finalmente, pode-se mencionar os estágios de implementação e avaliação dessas políticas, os quais serão descritos, a seguir:

- *Implementação*: nesta etapa é feito um planejamento e organização do aparelho administrativo, entre outros aspectos, os quais orienta a definição de estratégias da implementação;

- *Avaliação*: mensuração e análise dos efeitos produzidos na sociedade por essas políticas. Verifica-se quem de fato foi beneficiado por essa política pública, e se realmente o objetivo proposto pela política foi efetivamente atingido.

É preciso ressaltar, porém, que os processos de definição e avaliação de políticas públicas não são livres de contradição e controvérsia. Apesar do intenso debate travado nos últimos anos sobre a temática, e dos inegáveis avanços alcançados, há, no nível do governo e do Estado, um conjunto muito diversificado de variáveis que incidem sobre o planejamento e execução das políticas.

2.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Criado em 2003, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Programa Bolsa Família atende atualmente mais de 13 milhões famílias em todo o país. A gestão do programa é descentralizada, compartilhada entre a União, estados e também é realizada em cada município por um gestor indicado pela prefeitura municipal, o qual compete identificar e cadastrar as famílias no Cadastro Único e constituir e apoiar a Instância de Controle Social (ICS).

O Programa Bolsa Família (PBF), segundo o MDS, possui três eixos principais, focados em: 1) na transferência de renda, 2) nas condicionalidades e 3) nas ações e programas complementares.

- 1) transferência de renda – promove o alívio imediato da pobreza.
- 2) condicionalidades – reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Uma das condicionalidades mais conhecidas do PBF na área da saúde, é o compromisso que as famílias beneficiárias devem assumir de acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em período de amamentação. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Para Medeiros, Britto e Soares (2007) em muitos casos, as condicionalidades de saúde e educação apenas reforçam algo que os pais já são obrigados - legal ou socialmente - a fazer por suas crianças: enviá-las à escola, vaciná-las e cuidar de sua saúde. Os autores ainda atentam para a necessidade de existência destas condicionalidades de saúde e educação, já que são algo que os pais devem fazer com ou sem o benefício. E consideram que a discussão sobre a transformação do PBF em um programa sem condicionalidades ou sua manutenção no desenho atual tem sido evitada por razões fundamentalmente políticas.

- 3) Ações e programas complementares – objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Para alcançar esse objetivo, são desenvolvidas parcerias intersetoriais consideradas estratégicas. Essas parcerias visam qualificar o acesso das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família a direitos sociais básicos.

Segundo Medeiros, Britto e Soares (2007, p. 20):

As políticas de transferência de renda vêm se consolidando como uma importante faceta do sistema de proteção social brasileiro. Os (...) principais programas dessa natureza (...) têm se expandido consideravelmente nos últimos anos e gerado efeitos relevantes sobre os índices de pobreza e desigualdade no país, embora não estejam isentos de críticas ou problemas.

O PBF dá preferência para que o responsável familiar seja a mulher. Neste contexto a mulher tem um papel fundamental, sendo responsável pelo recebimento e destino deste benefício e também no cumprimento dos objetivos do Programa, conforme apresenta Suárez e Libardoni (2007), dizendo que no Brasil, a presença do cônjuge, na maioria dos grupos domésticos, não influi muito quanto ao cumprimento das condicionalidades, porque a postura da mãe pesa mais do que a do pai na tomada de decisões referentes à Educação, Saúde e tudo que tenha a ver com os filhos.

Nossa hipótese fundamental repousa no fato de que a renda recebida através do Bolsa Família, pode criar e ampliar laços pessoais de liberdade dos sujeitos e que uma das principais mudanças consiste na superação da cultura de resignificação, ou seja, a espera resignada da morte por fome ou por doenças relacionadas a ela, drama constante no espaço geográfico pesquisado. No nosso caso, buscamos saber como o Programa Bolsa Família influenciou no seu poder de compra e principalmente na melhoria da qualidade de vida das mulheres e de suas famílias. Para isso, foi necessário levar em consideração as novas configurações familiares e de como a dominação resultante da dependência financeira ainda é realidade em muitas famílias no Brasil.

3 METODOLOGIA

Esta investigação se configura numa pesquisa de cunho descritivo, isso implica dizer que vamos buscar as características de uma população, fenômeno ou verificação de afinidades entre variáveis por meio de procedimentos padronizados de coleta de elementos e, em seus objetivos são levantar preferências, atitudes e crenças dessa população, bem como expor relações entre variáveis (GIL, 2009).

Neste tipo de pesquisa não pode haver a interferência do pesquisador, que deve apenas descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre ou como se estrutura e funciona um sistema, método, processo ou realidade operacional.

Para Gil (2009), uma das características mais expressivas é a coleta de dados por meio de questionário e de observação, habitualmente desenvolvidos por pesquisadores preocupados com a atuação prática. Esse pensamento é corroborado por Hair Jr (2005) que afirma que as pesquisas descritivas são estudos estruturados e especificamente criados para medir as características descritas em uma questão de pesquisa em que a coleta de dados envolve algum tipo de entrevista estruturada como questionários e entrevistas.

Considerando essas perspectivas, a pesquisa aqui proposta é descritiva por utilizar-se de questionários elaborados pela pesquisadora, com perguntas abertas e fechadas e entrevistas focadas que buscam verificar se houve um processo de emancipação feminina em decorrência do recebimento do benefício do Bolsa Família.

A população escolhida são as 850 beneficiárias do Programa Bolsa Família do município de Montadas-PB. Para delimitar qual amostra era necessária na pesquisa (com amostragem aleatória simples), realizamos o cálculo com os seguintes dados:

- Erro Amostral: 7%
- Nível de Confiança: 90%
- População: 850 beneficiárias

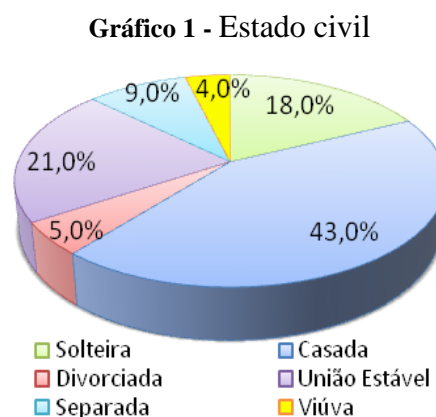
Com o apoio do recurso *Cálculo amostral*: calculadora on-line, obtivemos a resposta de que a amostra necessária era de 119 questionários. Segundo Levin (1987), “População consiste em um conjunto de indivíduos que compartilham de, pelo menos, uma característica comum, seja ela cidadania, filiação a uma associação de voluntários, etnia, matrícula na universidade, etc.” Para o autor, o pesquisador geralmente estuda um pequeno grupo de indivíduos retirados da população, este grupo denomina-se amostra. O processo de escolha dos indivíduos que pertencerão a uma amostra é denominado amostragem.

Com esse valor determinado, aplicamos os 119 questionários, este composto por dezesseis perguntas que apesar de terem respostas objetivas, permitiram o desenvolvimento de um diálogo que também refletia a percepção da mulher enquanto beneficiária do programa. A coleta foi realizada entre os dias 01 de outubro a 30 de novembro de 2013, a aplicação do questionário foi feita de modo presencial e em seguida procedeu-se a análise dos dados através do Excel.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

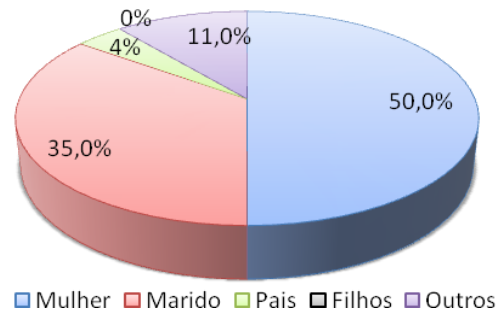
Durante os meses de outubro e novembro de 2013, foram aplicados cento e dezenove questionários entre as beneficiárias do Programa Bolsa Família da cidade de Montadas- PB. As respondentes foram escolhidas de forma aleatória e o acesso a elas foi facilitado devido minha condição de gestora do programa no município. O questionário foi elaborado no intuito de traçar um perfil da beneficiária do PBF da cidade e de conhecer como os recursos disponibilizados pelo Governo Federal são utilizados no cotidiano dessas famílias.

O Programa Bolsa Família solicita que preferencialmente uma mulher seja responsável pelo recebimento do benefício, logo nosso público alvo foram essas mulheres que habitam a zona urbana e rural de Montadas – PB.



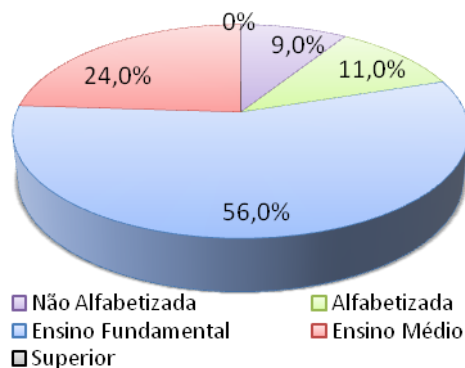
Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

A primeira questão respondida pelas mulheres era referente seu estado civil, dentre 100% das respondentes 43% são “casadas”, com 21% estão aquelas que estabeleceram uma “união estável”, com 18% estão as “solteiras”, somando 14% estão aquelas que encontram-se “separadas” ou “divorciadas”, com 4% estão as viúvas.

Gráfico 2 - Principal responsável pelo sustento da família

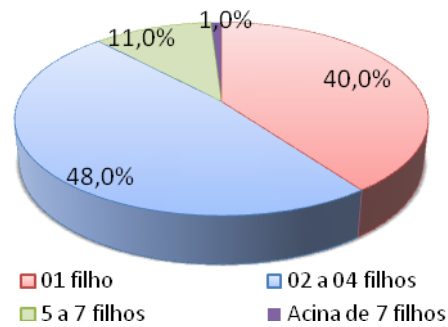
Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

A segunda pergunta questiona a beneficiária sobre quem é responsável pelo sustento da família, como se observa no gráfico acima, qual entre os familiares exerce a função de ganhar e administrar a renda. Entre as entrevistadas 50% afirmaram ser responsáveis e principais gestoras do dinheiro que mantém a família, 35% das mulheres responderam que o “marido” é quem exerce essa função, os 11% que corresponde a opção “outros” faz referência as mulheres que dividem com o marido essa responsabilidade, 4% dependem dos “pais” e nenhuma delas atribuiu aos “filhos” o sustento da família.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade

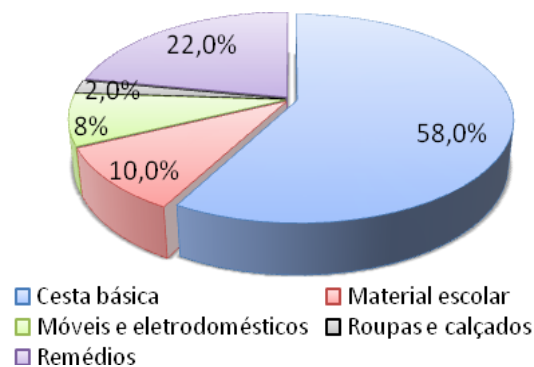
Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

Quanto a escolaridades, 56% possuíam o ensino fundamental completo, 24% delas concluíram o ensino médio, 11% são alfabetizadas, mas em conversas informais relataram dificuldades em desenvolver atividades que envolvem escrita e leitura, com 9% estão as não alfabetizadas, somando um valor de 19% entre as consideradas analfabetas funcionais e analfabetas, um número considerado alto e preocupante para o Ministério do Desenvolvimento Social. Dentre as entrevistadas nenhuma teve acesso ao ensino superior.

Gráfico 4 - Filhos residentes na casa da beneficiária

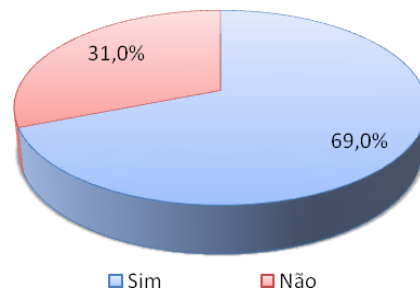
Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

A quarta pergunta era referente à moradia dos filhos, foi questionado quantos filhos residiam com a beneficiária: 48% informaram que mantinham de 2 a 4 filhos junto com ela, 40% dividiam a casa com um filho, 11% com 5 a 7 filhos e 1% informou que residia com 7 filhos ou mais. Sabe-se que a quantidade de filhos influencia diretamente no valor recebido pela beneficiária, esses dados visualiza-se no gráfico a seguir.

Gráfico 5 - Destinação do benefício

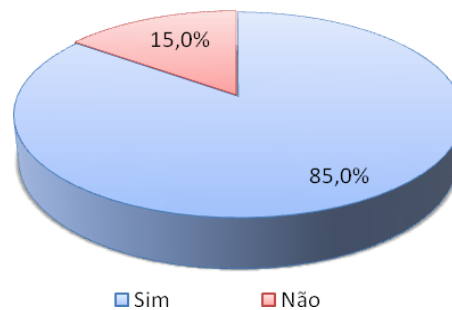
Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

Na quinta pergunta a beneficiária respondia através de uma escala como o dinheiro advindo com programa era aplicado: 58% das mulheres responderam que usam o recurso na compra de itens que compõem a cesta básica, 22% afirmaram que usam para comprar remédios, 10% usam principalmente para adquirir bens como móveis e eletrodomésticos, 8% consideram que a principal função do Bolsa Família é financiar a compra de material escolar, enquanto 2% reverterem o recurso em bens comprando roupas e sapatos.

Gráfico 6 - O benefício ajudou na aquisição de eletrodoméstico

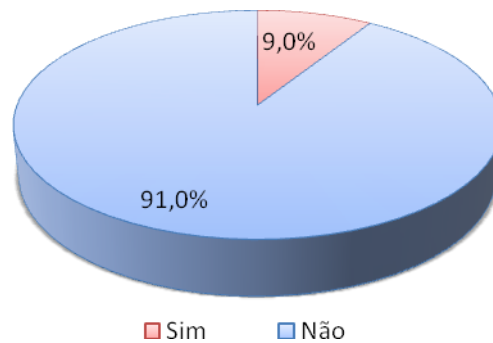
Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

Observa-se no gráfico anterior apenas 10% consideram que o benefício deve ser utilizado na compra de bens materiais como móveis e eletrodomésticos, na sexta pergunta foi questionado se o recebimento desse valor mensal havia facilitado a compra de algum eletrodoméstico, 69% das mulheres informaram que não enquanto 31% disse que o valor recebido serviu para adquirir esses bens, valor este que entra em contradição com os dados obtidos no gráfico anterior. Apesar de destinarem o recurso para atividades consideradas básicas como alimentação e saúde, algumas famílias conseguiram comprar eletrodomésticos para facilitar o cotidiano e melhorar a qualidade de vida.

Gráfico 7 - O benefício deu poder a beneficiária na decisão da compra

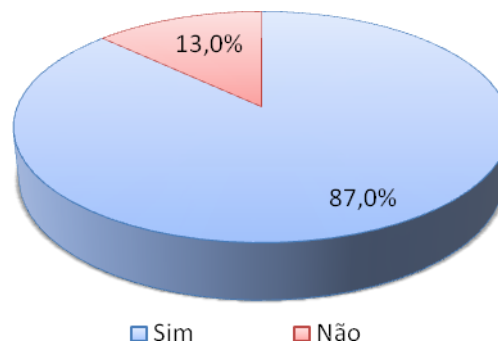
Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

Questionadas, 85% das mulheres responderam que o benefício oriundo do Programa Bolsa Família, lhe deu poder na hora da decisão de compra. Esse número mostra que as mulheres que recebem esse benefício também o administram e decidem como o benefício vai ser aplicado em favor da família. Essa questão de poder de decisão e compra é primordial para o entendimento de como as famílias estão se transformando e de como a mulher se tornou independente financeiramente, essa modificação no panorama social implica em números reais, como os de divórcio, separação e no fortalecimento de uma classe, das mães solteiras. Apenas 15% afirmaram que a situação continua a mesma de antes do benefício.

Gráfico 8 - Interferência do companheiro no uso dos recursos oriundos do PBF

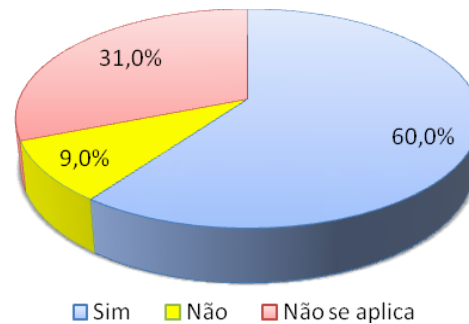
Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

Observou-se que as mulheres ampliaram seu poder de decisão de compra, em seguida questionamos se os parceiros/ companheiros interferiam no uso do benefício: 91% delas responderam que “não” que são as únicas responsáveis pela administração do recurso, enquanto 9% disseram que “sim” que o companheiro influencia na tomada de decisões.

Gráfico 9 - Possui telefone celular

Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

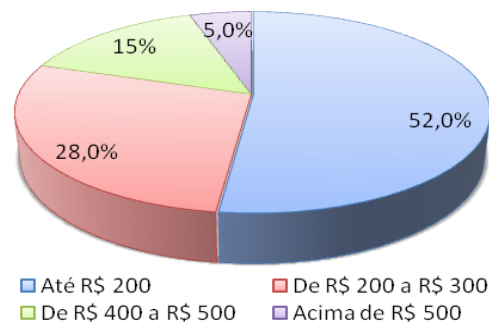
Nota-se que as mulheres possuem autonomia no uso do recurso oriundo do Programa Bolsa Família, uma das nossas questões é de saber como essas mulheres utilizam esse benefício. Entre os bens de consumo, destacou-se o celular devido a necessidade atual criada pela posse e uso de um, questionadas 87% das mulheres informaram que utilizam o aparelho de telefone móvel, enquanto apenas 13% afirma que não o possuem. Entre as que possuem 70% possuem um aparelho, 20% dois aparelhos e 10% possuem três aparelhos ou mais.

Gráfico 10 - Independência financeira em relação ao companheiro

Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

A outra pergunta questionava a beneficiária se o recurso do PBF lhe havia dado independência em relação ao companheiro, onde 60% delas informaram que “sim” que o benefício lhe trouxe autonomia, que “ter uma renda” modificou a relação com parceiro, entre as entrevistadas 9% informaram que não e 31% estão sem parceiro no momento e assim a questão não se aplicava.

O recebimento do benefício implica em algumas responsabilidades para a beneficiária e sua família, no questionário realizamos algumas perguntas no intuito de saber se essas condicionalidades estão sendo cumpridas. Uma dessa é garantir que a família tenha uma alimentação mínima adequada, questionada sobre os valores gastos com a alimentação mensal, obteve-se os seguintes dados:

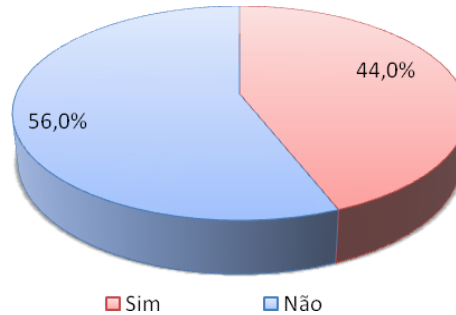
Gráfico 11 - Gasto em média mensal com alimentação

Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

Observou-se que 52% das entrevistadas gastam até R\$200 com a alimentação por mês, 28% delas gastam entre R\$200 e R\$ 300, 15% investem mensalmente entre R\$400 e R\$ 500 com a alimentação da família e 5% gastam mais de R\$500. Com elas possuem um rendimento que permite tais gastos com alimentação? Para responder essa questão, perguntamos se elas

dependiam exclusivamente do Programa Bolsa Família para sustentar a família, e o gráfico nos mostra que:

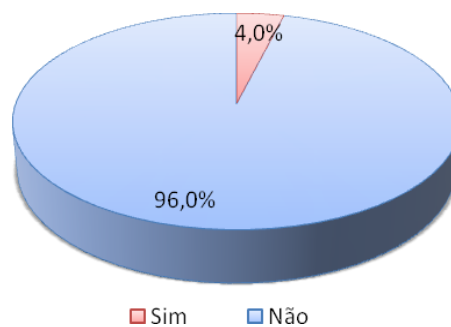
Gráfico 12 - Tenho outra renda além do Bolsa Família



Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

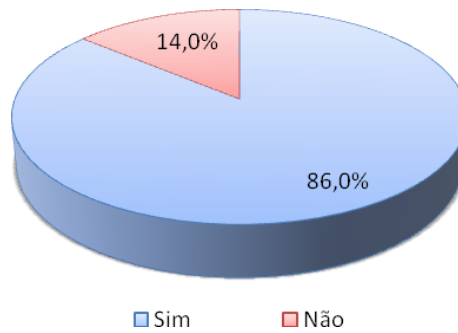
Do total de 100%, 56% afirmaram que dependem unicamente do benefício, enquanto 44% possuem outra renda, que é complementada com o auxílio recebido pelo Governo Federal. Fator que explica como 48% das entrevistadas gastam mais de 200 reais por mês apenas com a alimentação e justifica os dados que mostram que 52% gastam até 200 reais, pois 44% delas dependem exclusivamente do recurso oriundo do PBF. Esses dados se complementam e mostram a eficácia da meta do programa que é eliminar a fome e garantir uma alimentação adequada às famílias que se encontram em situação de pobreza no Brasil.

Gráfico 13 - Filhos menores trabalhando



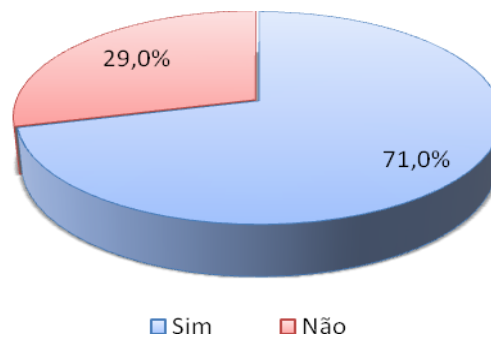
Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

Questionadas se algum filho em idade escolar realizava algum trabalho, 96% delas informaram que “não”, apenas 4% informaram que “sim” se contrapondo a uma das condicionais que impede o trabalho da criança com menos de 14 anos. Para 86% das mulheres o PBF ajudou a manter o filho na escola, para 14% delas não existe uma relação entre o programa e a frequência escolar, onde manter o filho na escola com uma frequência anual de 75% é condição fundamental para receber o benefício.

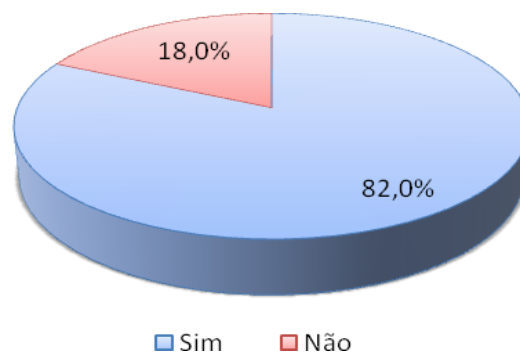
Gráfico 14 - O benefício ajudou a manter meu filho na escola

Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

A questão anterior perguntava a beneficiária se não houvesse o PBF se o filho teria permanecido na escola, 71% delas informaram que “sim” enquanto 29% disseram que “não”, refletindo a importância do programa para a permanência das crianças e adolescentes na escola. Essa questão implica diretamente na seguinte, onde elas responderam se o PBF havia ajudado a manter os filhos na escola, questionadas 86% disseram que sim, apenas 14% afirmaram que não.

Gráfico 15 - Sem o benefício meus filhos ainda estariam estudando

Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

Gráfico 16 - O PBF contribuiu para que o cartão de vacina esteja sempre atualizado

Fonte: Pesquisa direta, out./nov., 2013.

Sobre a questão da vacinação, outro fator que implica no recebimento do benefício, 82% delas informaram que o recebimento do Bolsa Família contribuem para que o cartão de vacina esteja atualizado, já 18% afirma que a atualização do cartão independe do programa. Esses dados refletem que as condições estabelecidas pelo programa estão sendo cumpridas pelas famílias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de transferência de renda estão se consolidando como uma das principais sistemas de proteção social. Essas políticas surgem para compensar as distorções geradas pelo processo de desenvolvimento capitalista, sendo então do Estado o papel de garantir o bem-estar social e fazer cumprir os direitos estabelecidos constitucionalmente, como saúde, educação, trabalho e alimentação. O Programa Bolsa Família vem como uma política que visa garantir a sobrevivência de família que se encontram em situação de extrema pobreza.

Em curto prazo o PBF visa aliviar os problemas decorrentes da pobreza como a desnutrição e analfabetismo. Em longo prazo, visa investir no capital social, econômico e humano da população quebrado o ciclo vicioso da pobreza. Como observamos na pesquisa realizada entre as beneficiárias de Montadas – PB, as respondentes apresentaram um perfil onde já desconstrói o modelo patriarcal familiar, mostrando que metade delas são responsáveis pelo sustento da família embora o percentual mais elevado das respondentes esteja separada, divorciada, ou seja, solteira, grande parte mantem de 2 a 4 filhos, e quanto ao nível de escolaridade a maioria possui o nível fundamental de ensino.

Independente das condicionalidades a simples elevação da renda mensal através desse programa já resultou em um impacto positivo sobre a escolarização dos jovens, onde um percentual relevante responderam que sem o benefício o filho não estaria na escola e sim ajudando a complementar a renda da família e uma maioria bastante considerável confirmam que o benefício ajuda a mantê-los na escola. Para as mulheres que se tornaram responsáveis pelo recebimento e uso do recurso financeiro, essa nova renda implicou em um novo estilo de vida: a dependência e a submissão gerada pela questão financeira foi substituída pela autonomia de escolha e poder de compra, uma maioria bastante expressivo das respondentes afirmaram ter total autonomia na hora da compra e obtivemos uma maioria importante garantem que o PBF trouxe mais independência em relação ao companheiro. Nas falas de

Joana e Maria³, observamos como essas mudanças foram sentidas no cotidiano dessas mulheres,

Agora eu posso garantir que meus filhos comam, eu escolho tudo, esse dinheirinho salvou meus filhos, agora eles vão pra escola, eu mesma compro o material da escola... Eu sinto orgulho em dá isso aos meus filhos, eles não vão passar o que eu passei. (Maria, 37 anos).

Antes eu precisava pedir tudo ao meu marido, até pra comprar um açúcar quando faltava, hoje não! Eu recebo o dinheiro e vou no mercadinho e compro, o cartão fica comigo eu que decido como gastar. (Joana, 31 anos).

Entendemos então que a renda monetária proveniente do Bolsa Família provocou alterações e impactou diretamente a vida das pessoas, principalmente das mulheres. O recebimento do benefício não as retirou da condição de pobres, mas agora elas entendem que são reconhecidas pelo Estado. Logo de início tem-se o reconhecimento através da liberação de um cartão magnético em seu nome, dotando a mulher de uma responsabilidade perante o Estado e a sua família. Em seguida o recebimento de uma renda regular e fixa permite que a mulher realize um planejamento e experimente a sensação até então desconhecida da regularidade, muitas entrevistadas informalmente afirmaram que aprenderam a lidar com o dinheiro e assim conseguiram programar o sustento da família durante o mês inteiro. O cartão magnético tem um poder simbólico, possuí-lo significa ter crédito ampliando a capacidade de compra e consumo dessas mulheres e conseqüentemente de suas famílias, mas segundo os dados obtidos ainda há uma minoria das respondentes, que sofrem com a interferência do cônjuge sobre o benefício oriundo do PBF. Em uma conversa informal com Antônia ela relatou como o cartão lhe deu autonomia, segue abaixo um trecho da conversa:

Meu ex-marido tentou tomar o cartão uma vez, eu não deixei a briga foi feia. Mas, o cartão é no meu nome, no meu! Ele pode querer, mas não vai conseguir, depois disso separei dele, vi que podemos viver bem sem ele e sem suas humilhações. (Antônia, 27 anos).

Com essa pesquisa podemos concluir que a função social do Programa Bolsa Família está para além do dinheiro e da redistribuição da renda. Pois, para essas mulheres, receber esse benefício significa uma experiência de libertação pessoal, de escolhas. O significado simbólico do dinheiro exerce ação direta sobre as emoções e sentimentos das pessoas, no nosso caso das mulheres pobres, que com o recebimento desse recurso puderam vislumbrar novas possibilidades de crescimento e encontraram caminhos para a liberação de sua personalidade que tradicionalmente se escondia na sua condição de invisível. O Dinheiro em

³ Nomes fictícios, utilizados para garantir que as pesquisadas se mantenham anônimas.

si trouxe um reconhecimento gerado pelo poder de compra, a mulher beneficiária se tornou um ser ativo economicamente, já emocionalmente essas mulheres se reconhecem como seres ativos socialmente e capazes de tomar decisões que implicarão diretamente para o desenvolvimento e bem-estar da sua família, utilizando o benefício para lhes trazer uma melhor qualidade de vida, uma parcela considerável das respondentes diz ter utilizado o recurso para adquirir algum eletrodoméstico.

Com as respostas obtidas através dos questionários pudemos observar que as beneficiárias de Montadas –PB estão utilizando o recurso do Bolsa Família de acordo com as condicionalidades impostas pelo programa tendo em vista que a maioria delas afirmaram utilizar o benefício primeiramente para a cesta básica. Inicialmente, tem-se um grande avanço na qualidade de vida das famílias beneficiadas, as mulheres relatam que a alimentação melhorou e que os filhos podem permanecer na escola. Como vimos quase a metade das famílias questionadas dependem exclusivamente desse recurso, renda esta que é destinada principalmente para a compra de alimentos.

Como ficou demonstrado neste artigo, o Programa Bolsa Família trouxe uma série de alterações na vida da mulher beneficiária do programa e produz efeitos concretos nas vidas das famílias, a valorização da educação é um dos benefícios mais aparentes, juntamente com a melhoria na qualidade da alimentação. Essa elevação na escolaridade aponta uma melhoria futura e constrói uma nova consciência cidadã, um grande passo para a superação da pobreza.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Medida provisória n. 132 de 20 de outubro de 2003, 2003. Cria o Bolsa Família, 2003.

_____. Presidência da República. Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, 2004.

_____. Presidência da República. Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família, 2004.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família**. Brasília, 2005, disponível na página www.mds.gov.br acesso em 10/12/2013.

_____. **Relatório de Governo de Transição sobre os Programas Sociais**. Brasília, 2002 (mimeo.).

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. **Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social.** IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**, São Paulo. Paulus. 2007.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Capítulo 3 – Pesquisa Social (exploratória, descritiva e explicativa).

GOBERT, MULLER In, VAZ., L.G.D.; Políticas públicas. **Revista nova Atenas de educação e tecnologia.** Revista eletrônica do departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho. Vol. 10, nº.01, jan./jun./2007.

HAIR JR, Joseph F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

LYNN Lynn, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.

MEDEIROS, M., BRITTO, T. e SOARES, F. **Transferência de renda no Brasil.** Novos Estudos Cebrap, 2007, nº 79, nov., pp. 5-21.

SUAREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. **Impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres.** In. VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Romulo (orgs.). Avaliação de Políticas e Programas do MDS – resultados. Brasília: SAGI/MDS, 2007.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral: calculadora on-line.** Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em: 10 set. 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** In: Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** (2002).